

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

A hodonímia do rio Araguaia nos séculos XVIII e XIX

The hodonomy of the Araguaia river in the 18th and 19th centuries.

Karylleila dos Santos Andrade¹

Carla Bastiani²

RESUMO: Qualquer estudo de toponímia brasileira, ainda que em perspectivas diversas e sob distintas orientações ou critérios de análise - histórico, ambiental, etnolinguístico ou psicossociológico, por exemplo-, sempre envolve alguma referência a dois pontos nucleares: a posse do território pelo domínio dos caminhos terrestres e lacustres e a conquista espiritual dos locais. Os primeiros permitiram o reconhecimento e os segundos garantiram a continuidade da presença dos alógenos pela implantação de novos credos e de outra cosmovisão. Na prática, são duas configurações, distintas por suas características físicas e emotivas, que acabam se cruzando em um eixo de influências e consequências polivalentes. Este estudo é um recorte do projeto Caminho das Águas, Povos dos Rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira, que integra o projeto macro Atlas Toponímico do Brasil - ATB: parte geral e variantes regionais. Considerou-se a seguinte metodologia de trabalho: realização de leituras cartográficas dos séculos XVIII e XIX que cobrem a região do rio Araguaia; leitura paleográfica dos mapas; leitura de textos sobre a historiografia da região da Província de São Paulo e de Goiás; levantamento dos topônimos descritos nesses documentos; e análise do *corpus* a partir dos subsídios da etnotoponímia. Como fonte de dados, foram utilizados mapas dos séculos XVIII e XIX que cobrem a região do rio Araguaia, coletados na Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, em agosto de 2007 e 2008. A proposta desta pesquisa compreende realizar um estudo da relação dos aspectos etnoculturais e etnotoponímicos no processo de povoamento do rio Araguaia nos séculos XVI e XIX.

Palavras-chave: Hodonímia; Rio Araguaia; Séculos XVIII e XIX.

ABSTRACT: Any study of place names in Brazil, although in different perspectives and under different guidelines or analysis-historical criteria, environmental, ethno-linguistic or psychosociological, for example, always involves some reference to two cores points: the possession of the territory by way control of land ways and lacustrine and the spiritual conquest of the places. The first allowed the recognition and the latter ensured the continued presence of halogens for the implementation of new creeds and other worldview. In practice, two configurations are distinguished by their characteristic physical and emotional, that end up on an axis crossing of influences and polyvalent consequences. This study is an outline of the project Path of the Water, People of the Rivers: a vision ethnolinguistic of toponymy Brazilian which integrates Brazil macro Toponymic Atlas project: the general and regional variations. We considered the following working method: cartographic accuracy readings of the eighteenth and nineteenth centuries that cover the region of the Araguaia River, paleographic reading maps, reading text on the historiography of the region of the Province of São Paulo and Goiás; survey of toponyms described in these documents, and analysis of the corpus from etnotoponímia subsidies. The data source we used maps of the eighteenth and nineteenth centuries covering the Araguaia River region, gathered at

¹Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo, Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT); e-mail: karylleila@gmail.com.

²Discente do Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – CNPq; e-mail: carlabastiani@gmail.com;

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

the National Library and National Archives, Rio de Janeiro in August 2007 and 2008. The proposal of this research includes a study of the relationship aspects of ethnocultural and ethnotoponymic in the process of settlement of the Araguaia River in the 16th and 19th centuries.

Key-words: Hodonymy; Araguaia River; 18th and 19th centuries.

1 Introdução

O sistema hidrográfico brasileiro encerra uma riqueza pronunciada de cursos d'água, seja na distribuição quantitativa como em extensão e em volume, conforme afirma Dick (2002). Qualquer que seja, portanto, a origem linguística de seus topônimos, estes carregam em si a mística das águas, maior que o tempo e a memória de épocas denominativas, revelando estágios de nomeação característicos. Deixam esses nomes de ser apenas signos arbitrários da língua, para referencializar-se como ícones de uma memória vivenciada, porque subjacentes estão a cosmovisão dos falantes e o sentido próprio que ela lhes confere.

Com o apoio de leituras de documentos de diversas épocas e de pesquisas de campo, a Onomástica, ciência da linguagem que se fundamenta na lexicologia, vem contribuindo com os estudos etnosociolinguísticos da realidade brasileira, através da investigação antroponímica e toponímica em que se estrutura o léxico regional.

A toponímia tocantinense não pode ser discutida sem considerar as duas grandes bacias hidrográficas: os rios Araguaia e Tocantins. O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete a própria essência do ser social, caracterizado pela substância de conteúdo. Os rios Araguaia e Tocantins sugerem, na formação dos topônimos tocantinense, a intencionalidade do denominador, de modo objetivo, a eleger topônimos motivados pelos rios.

Este estudo é um recorte do projeto “Caminho das Águas, Povos dos Rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira”, que integra o projeto macro “Atlas Toponímico do Brasil: parte geral e variantes regionais”, ambos sob a coordenação da professora Doutora

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick da Universidade de São Paulo. Esta pesquisa, em particular, pretende estudar a relação dos aspectos etnoculturais e toponímicos no processo de povoamento do rio entre os séculos XVI e XIX. Por meio de leituras cartográficas e geohistóricas, objetivando reconstruir a memória e o perfil etnolinguístico do caminho das águas, o rio Araguaia, foi realizada a descrição do caminho (estudo hodonímico) desse rio nos séculos XVIII e XIX.

2 Materiais e métodos

A metodologia, sugerida pelo ATB, implica: a) realizar levantamentos cartográficos dos municípios dos estados brasileiros (ponto de vista etnolinguístico e taxionômico), com base na nomenclatura geográfica estabelecida (acidentes físicos e antrópicos); b) fixar os campos semânticos inferidos e das áreas toponímicas correlatas; c) remapear a terminologia onomástica estudada por meio das fichas lexicográfico-toponímicas (tratamento dos dados).

Foi proposta para o estudo a seguinte metodologia de trabalho: a) a realização de leituras cartográficas dos séculos XVIII e XIX que cobrem a região do rio Araguaia; b) leitura paleográfica dos mapas; c) leitura de textos sobre a historiografia da região da Província de São Paulo e de Goiás; d) levantamento dos topônimos descritos nesses documentos e e) análise do *corpus* a partir dos subsídios da etnotoponímia.

A seguir, apresentamos dois quadros com mapas dos séculos XVIII e XIX que cobrem a região do rio Araguaia, coletados na Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, em agosto de 2007 e 2008.

Quadro 1 - Mapas dos séculos XVIII e XIX /

- | |
|---|
| <p>a. Manuscritos 049 05 008 n 02
Título: Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Mato Grosso e Pará.
Publicação: não tem data de publicação por serem manuscritos não datados.
Presume-se que tenha sido confeccionado no século XVIII.</p> |
|---|

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

- b. Cartografia ARC 008 02 024
Título: **Província do Araguaia**
Publicação: Sec. XIX - 1875.

Dados coletados na Biblioteca Nacional/RJ - agosto de 2007 e 2008

Quadro 2- Mapas dos séculos XVIII e XIX /

- a. Fundo/Coleção: Proveniência Desconhecida
Mapa: F2/MAP.113
Título: **Cartas do Rio Tocantins e Araguaia de 1813.**
Publicação: Séc. XIX
- b. Fundo/Coleção: Proveniência Desconhecida
Mapa: F2/MAP.170
Título: **Carta topográfica e administrativa da Província de Goiás de 1844.**
Publicação: Séc. XIX
- c. Fundo/Coleção: Ministério da Viação e Obras Públicas
Mapa: 4Y/MAP.324/A
Título: **Exploração do Rio Araguaia de 1864.**
Publicação: Séc. XIX
- d. Fundo/Coleção: Ministério da Viação e Obras Públicas
Mapa: 4Y/MAP.685/A
Título: **Carta da Província de Goiás de 1874.**
Publicação: Séc. XIX

Dados coletados no Arquivo Nacional/RJ - agosto de 2008

3 Resultados e discussão

3.1 Rio Araguaia

O rio Araguaia é um rio brasileiro que nasce no estado de Goiás, na serra do Caiapó, próximo ao Parque Nacional das Emas, e desemboca no rio Tocantins na localidade de São João do Araguaia. Faz a divisa natural entre os estados de Mato Grosso e Goiás, Mato Grosso e Tocantins e Pará e Tocantins. Esse rio possui uma extensão de, aproximadamente, 2.115 km, sendo que sua extensão navegável é de cerca 1.818 km, formando uma grande rede hidrográfica que liga a região Centro-Oeste ao Norte do país.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

O rio Araguaia detém uma grande importância histórica e cultural, bem como relevância econômica e política para a região que perpassa. Configura-se como um espaço natural que serviu de escoadouro econômico e integrador cultural entre regiões.

Durante o século XVI, tanto esse rio quanto o rio Tocantins constituíram-se como caminhos, estradas fluidas, de que se utilizaram os primeiros colonizadores (bandeirantes que saíam de São Paulo e de Belém com o objetivo de descobrir novas riquezas e capturar índios), representando o primeiro processo de interiorização.

Posteriormente aos bandeirantes, chegaram os missionários, que implantaram a política de formação de aldeamentos indígenas. Essa política foi adotada em Goiás a partir da segunda metade do século XVIII, e, se por um lado, visava à formação de núcleos segregacionistas objetivando promover a catequização dos indígenas e transmitir-lhes a cosmovisão europeia, por outro, tinha o intuito camuflado de transformar os indígenas em mão de obra, realizando, assim, uma adaptação dos ideais anteriormente defendidos pelos jesuítas e colonos.

No decorrer do século XIX, com a política de implantação dos presídios militares, tem início efetivo o processo de formação de cidades às margens do rio Araguaia. É importante enfatizar que, de modo geral, muitas povoações, posteriores sedes de vilas e cidades brasileiras nasciam como meros pontos de passagem, de pouso ou de abastecimento de utilidades e de provisões.

1.2 Presídios às margens do rio Araguaia

Nas margens do rio Araguaia, o processo de formação das cidades começa efetivamente no século XIX com a política de implantação de presídios militares. Esse processo não foi um fato isolado ou experimental. Fazia parte de uma estratégia de proteção mais abrangente que vinha acontecendo ao longo de dois séculos e meio. Os colonizadores portugueses implantavam fortes militares, com suas guarnições e dependências, em locais

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

longínquos e desprovidos de quaisquer meios de subsistência. Na orla marítima e nas margens dos principais rios brasileiros, considerados nós de circulação, nasceram muitas cidades estimuladas por uma política oficial de proteção territorial. Objetivava-se fortificar as margens ribeirinhas para a defesa da navegação e incentivo da produtividade de seus subordinados. A localização dos fortes e presídios revelava a enorme importância atribuída aos lugares de comunicação, usualmente coincidentes com pontos estratégicos de passagem da rede fluvial e de caminhos terrestres.

Os portugueses e espanhóis desenvolveram uma política de colonização por meio da construção de fortes e presídios em todas as suas colônias, tanto na África, quanto na América. No Brasil, as ações dos colonizadores portugueses foram norteadas por essa mesma política e as fortificações foram estabelecidas em diferentes partes, inclusive na Província de Goiás. Com a aplicação dessa política na colonização do Vale Araguaiano, os dirigentes portugueses pretendiam, dentre outros objetivos, conquistar espaços ocupados pelos índios, favorecendo o estabelecimento de pequenos núcleos de povoamento; defender os colonos, os comerciantes e também os moradores dos conflitos existentes entre brancos e índios, bem como garantir a defesa do território da entrada de possíveis invasores, por se tratar de uma época em que vários países tinham interesse nesse território.

Na segunda metade do século XIX, não havia mais qualquer risco externo à integridade do Brasil, mas a implantação de presídios continuou, em vista da necessidade de se defender os colonos contra as investidas dos índios locais durante a promoção do povoamento e do desenvolvimento da navegação. Afirma Carvalho (2009, p.45) que

Na província de Goiás (atuais estados de Goiás e Tocantins), foram construídos 21 presídios às margens dos dois principais rios - Araguaia e Tocantins. Essa política foi intensificada, nas margens do rio Tocantins, a partir da segunda metade do século XVIII e, na margem do rio Araguaia, na segunda metade do século XIX. Na primeira metade do século XIX, existia tão-somente o presídio de São João do Araguaia, implantado em 1802, apesar das tentativas de implantação do Presídio de Santa Maria. Na segunda metade do referido século, a política de implantação de presídios foi intensificada em vista da necessidade de fortalecimento da navegação a vapor.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Enquanto o povoamento do Araguaia não se concretizava, o governo provincial buscava solução para os problemas de comunicação, comércio, defesa e povoamento. Em 1850 é adotado um novo regulamento para as instalações dos presídios estabelecidos às margens do rio Araguaia. É o Decreto nº 750, de 02 de janeiro de 1850, segundo o qual ficavam definidas as finalidades dos presídios, quais sejam: implantação de pontos militares destinados a proteger e auxiliar a navegação do Araguaia; atrair pessoas para as suas margens; e, com o auxílio da catequese, ensinar a cultura dos colonos.

O aludido Decreto foi elaborado pelo Ministério e Secretários de Estado e Negócios do Império, aprovado pelo Legislativo e sancionado por D. Pedro II. O artigo 25 explicita a estrutura física do presídio, que deveria ser composto de uma cadeia pública, uma capelinha, um estaleiro para conserto das embarcações, residências para os religiosos, comandantes e demais moradores. O cultivo e a criação de animais deveriam ser trabalhos coletivos, coordenados pelo comandante responsável pelo núcleo.

Os principais presídios do rio Araguaia foram: Santa Leopoldina, Santa Maria e São João do Araguaia, que serviram de defesa, portos e entrepostos comerciais da navegação a vapor no século XIX. O Presídio de São João Araguaia pertenceu ao governo do Pará, mas desempenhou papel fundamental para a viabilização da navegação do rio Araguaia na província de Goiás. Além dessas fortificações militares, foram implantados na linha desse rio o presídio de Santa Isabel (1850) – fundado a 15 léguas da ilha do bananal, antigo Presídio de São Januário, transferido em 1857 para a margem do rio das Mortes e logo depois extinto-, o Presídio São José do Araguaia (1862), o Presídio São José dos Martírios (1866), que foi logo depois desativado e, em 1872, foi restabelecido para auxiliar na catequese e na navegação, e o Presídio de Jurupense (1864), antigo Presídio de Santa Cruz, transferido da margem do rio Tocantins para a margem direita do Araguaia.

1.3 Presídios militares e as populações indígenas

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Na primeira metade do século XIX, houve várias tentativas de se implantar colônias militares às margens do rio Araguaia, mas os índios residentes do Araguaia, principalmente os Caiapós e Karajás, eram avessos à aplicação dessa política. Dessa forma, grupos indígenas tentaram impedir, de várias maneiras, a entrada do colonizador naquelas margens.

A destruição do Presídio Militar de Santa Maria do Araguaia, pela coligação dos índios Xerentes, Xavantes e Karajás, no ano de 1813, retrata a relação de poder conflituosa existente entre os colonizadores e os indígenas e deixa evidente a insatisfação dos índios com o avanço do povoamento.

O presídio de Santa Maria do Araguaia³ foi fundado e dissolvido três vezes, ora por ataques indígenas, ora por deliberação do governo, ora por falta de recursos. Sua primeira implantação ocorreu na região onde atualmente está situado o município de Couto de Magalhães. Um dos fatores que preponderou na escolha desse lugar foi o geográfico, visto que, naquela época, ele era um dos pontos de conexão entre o eixo de penetração fluvial no interior da província e o eixo de comunicação com os outros centros comerciais, encontrando-se, até aquele momento, totalmente desprotegido.

Sendo reconstruído em 1850, o presídio acabou desativado por ordens oficiais em 1852. Em 1859, foi novamente construído (em outra área – Araguacema – TO) e, no ano seguinte, novamente atacado e incendiado pelos índios Caiapós e Karajás. Depois de várias tentativas malsucedidas de implantação do presídio de Santa Maria naquela região, o Ministério da Guerra determinou, por meio do Aviso de 19 de novembro de 1858, sua nova implantação no VMaria foi realmente restabelecido e efetivado somente em 1861, no governo de José Martins Pereira de Alencastre (1861-1862), que, seguindo as orientações de seus antecessores, também demonstrou interesse em desenvolver a navegação no rio Araguaia.

Vale considerar que, enquanto a década de 1850 foi de tentativas de reinstalação do Presídio de Santa Maria, a década de 1860 caracterizou-se pelas lutas de fortalecimento do Núcleo e uma preparação para a efetiva instalação da Companhia de Navegação a Vapor. Na

³ A importância atribuída, nesse estudo, ao presídio de Santa Maria é devida ao fato de esse rio estar localizado nas margens do rio Araguaia, no estado do Tocantins e ter originado a atual cidade tocantinense de Araguacema.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

primeira metade da década de 1860, os colonizadores já consideravam definitiva a conquista da região.

As lutas para o fortalecimento do presídio eram constantes. Assim como Alencastre, Couto de Magalhães também demonstrou interesse nesse projeto de fortalecimento dos presídios. Precisava consolidá-los, pois os governos estavam convictos de que a navegação só seria possível se o Vale Araguaiano estivesse realmente povoado. Assim como o presídio de Santa Leopoldina e Santa Maria, os presídios de Itacayu, São João do Araguaia também representaram a sustentabilidade da Companhia de Navegação a Vapor do Araguaia. No ano de 1867, o Presídio de Santa Maria era considerado um importante centro de referência dentre os presídios do Araguaia. (CARVALHO, 2009, p. 67)

No século XIX, o governo imperial mostrou-se interessado no melhoramento das vias navegáveis do Brasil Império, com a pretensão de estabelecer comunicação comercial do centro do Brasil com o litoral. Nesse século, a política governamental de Goiás delinea-se rumo ao aproveitamento técnico das vias fluviais da bacia Araguaia- Tocantins.

3.4 Couto Magalhães e a navegação a vapor no rio Araguaia

Na segunda metade do século XIX, o Dr. Couto de Magalhães defendia a ideia de que o melhoramento da navegação fluvial pelo rio Araguaia poderia contribuir para o desenvolvimento econômico da Província de Goiás, rica de elementos que poderiam ser explorados pela ação administradora. O desenvolvimento econômico local, segundo ele, poderia acompanhar as demais províncias do império em seu crescimento e prosperidade e o melhoramento da navegação serviria para dar impulso e incremento ao comércio do sertão de Goiás, bem como para combater a estagnação dessa província.

Motivado pelo objetivo de estabelecer a navegação a vapor no rio Araguaia, o general Couto de Magalhães empreendeu uma viagem por esse rio para conhecer a viabilidade da navegação e as condições de povoamento nas suas margens. Além disso, Couto de Magalhães necessitava, também, de um estudo mais preciso do percurso destinado à navegação a vapor. Por instrução de 10 de julho de 1863, solicitou ao Diretor Geral dos Presídios, o engenheiro

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Ernesto Vallée, uma análise objetiva das possibilidades de navegação e das vantagens que o rio Araguaia pudesse oferecer, devendo levar em consideração as restrições da navegação no período da estiagem, bem como as questões relativas ao abastecimento, à tripulação e ao fornecimento de lenhas aos barcos.

Em meio a incontáveis dificuldades, no dia 28 de maio de 1886, foi inaugurada a navegação a vapor no rio Araguaia, no Porto de Santa Leopoldina. Na década de 1870, o comércio fluvial passou por três etapas distintas. Na primeira fase, 1870 a 1873, a companhia de navegação a vapor esteve sob a direção do Dr. Couto de Magalhães, período em que foi caracterizada por um relativo vigor. As viagens realizadas na rota entre o presídio de Itacayu (Mato grosso) ao Presídio Militar de Santa Maria do Araguaia, com 1.200 km de extensão, funcionavam regularmente, de acordo com o contrato firmado por Couto e a administração provincial.

Na segunda fase da navegação, de 1874 a 1878, a Companhia foi entregue à administração pública. O governo criou uma pasta no Estado, dando ao Dr. Couto de Magalhães, na época diretor do serviço de catequese, a função de diretor do Serviço da Navegação do Araguaia. Sem remuneração, o Dr. Couto passou a exercer as duas funções até o ano de 1877. No final da segunda fase, porém, sob a direção do empresário João José Corrêa de Moraes, embora o tráfego continuasse regular, o volume de negócios econômicos diminuíram. Nos dez primeiros anos da companhia de navegação a vapor, o comércio fluvial firmara-se, embora lentamente.

No final da segunda fase e início da terceira, a empresa do Araguaia já se encontrava estruturada. Nessas duas fases, colheram-se bons resultados: a população afluiu para as margens do rio, formou-se a povoação de Leopoldina; tomaram incremento os presídios de Itacayu, Chambioás, Santa Maria e São José dos Martírios, tendo também sido bem explorada e povoada a navegabilidade do rio no percurso Leopoldina a Santa Maria. No período do apogeu da navegação a vapor do Araguaia, os presídios militares de Santa Maria e de Leopoldina foram considerados as mais importantes povoações das margens do Araguaia.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Em 1878, começa uma terceira fase da navegação com um novo contrato lavrado com o Sr. João José Corrêa de Moraes. Nessa fase, a navegação tornou-se monopólio pessoal e, como consequência, trouxe a estagnação do comércio e a decadência das povoações que iam se formando nas margens do rio Araguaia.

Gradualmente, a navegação a vapor do rio Araguaia foi caindo em decadência. Vários fatores contribuíram para isso: a pouca fidelidade do empresário no cumprimento das cláusulas estipuladas; a falta de regularidade nas viagens por parte do empresário; a quase impossibilidade de o governo exercer uma rigorosa fiscalização no serviço; o abandono dos serviços por parte dos oficiais devido à má remuneração, bem como pelo atraso de pagamento salarial e a falta de pessoal qualificado para os serviços de conservação do material flutuante e fixo.

3.5 Estudo taxionômico

A taxionomia desenvolvida por Dick (1990) serviu como subsídio teórico-metodológico para classificação dos topônimos catalogados nas cartas topográficas. Essa classificação foi feita priorizando o elemento formador específico, no que se refere aos nomes compostos por mais de um elemento, e não o termo genérico.

Para os nomes indígenas, cumpre mencionar que a classificação foi feita levando em consideração a origem e o significado etimológico dos topônimos, de acordo com o proposto por Theodoro Sampaio (1987). À guisa de exemplificação, pode-se mencionar o topônimo “Rio Maranhão” – nome Tupi, cuja etimologia consiste em: *Mbará-nhã*, “o mar corrente; o grande caudal que simula o mar a correr”. *Alt. Maranhã, Paraná*. Consoante com sua etimologia, esse topônimo foi classificado como Hidrotopônimo. E como Etnotopônimo por se apresentar como um topônimo relativo a um elemento étnico, mais particularmente, indígena. Portanto, no processo de descrição e categorização dos topônimos, alguns deles foram classificados com mais de uma taxionomia. Isso ocorreu pelo fato de a pesquisa em questão

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

buscar realizar um estudo diacrônico da hodonímia do rio Araguaia, mais precisamente entre os séculos XVIII e XIX.

Com relação aos Necrotopônimos, é fundamental assinalar que essa taxionomia não foi proposta por Dick, mas, sim, pelo Atlas Toponímico do Estado do Paraná – ATEPAR, em desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina. Partindo do pressuposto que as taxes estão em constante reformulação e ampliação, essa nova taxionomia foi aceita e utilizada nesse estudo, visto que havia uma grande incidência de topônimos dessa natureza.

Os topônimos que foram classificados seguindo a proposta criada pelo ATEPAR estão marcados com um asterisco, visando distinguir entre os que seguem a proposta de Dick e os que seguem a do Atlas Toponímico do Estado do Paraná, como ocorre com o nome “Rio das Mortes” classificado como Necrotopônimo por se referir ao campo semântico da morte.

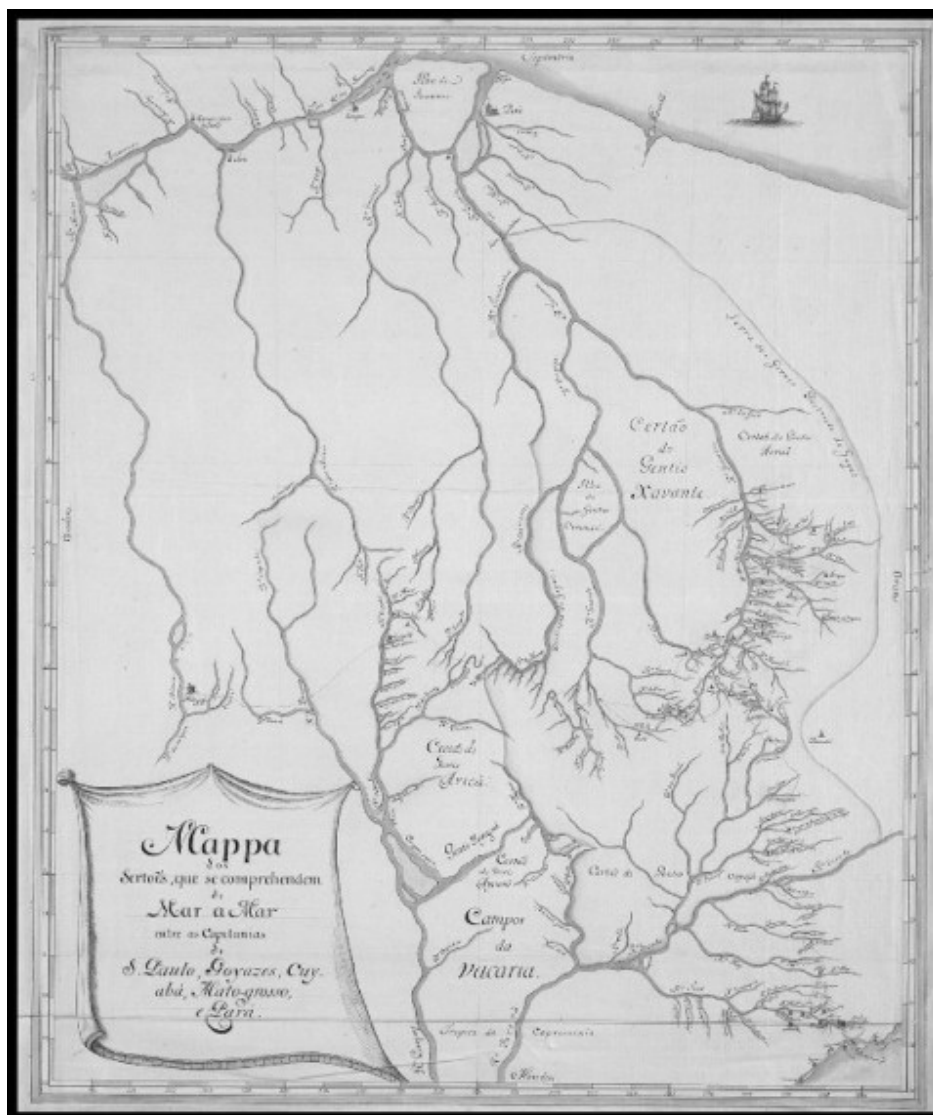
Uma vez considerando-se a quantidade de topônimos registrados e catalogados nos mapas, apresenta-se, a título de exemplificação, a leitura paleográfica e a taxionomia dos nomes, constantes os seguintes mapas, conforme a metodologia adotada neste estudo. O primeiro mapa não tem data de publicação por representar manuscritos não datados. De acordo informações da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, presume-se que tenha sido confeccionado no século XVIII.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Figura 1: Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitãncias de S. Paulo, Goyazes, Mato Grosso e Pará



Fonte Biblioteca Nacional

Localização: Seção de Manuscritos O49,05,008 n.2. Obra digital: Mss1033414.tif

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Quadro 3- Leitura paleográfica e taxionomia dos topônimos registrados no mapa da Figura 1.

	TOPÔNIMO	TAXIONOMIA
1	Rio Tucantins	Zootopônimo/ Etnotopônimo
2	Salto de Itabíca	Litotopônimo/ Etnotopônimo
3	Rio Tucaninhos	Zootopônimo/ Etnotopônimo
4	Rio Tucantins	Zootopônimo/ Etnotopônimo
5	Rio Araguaya	Meteorotopônimo/ Etnotopônimo
6	Ilha do gentio Curumaré	Etnotopônimo
7	Rio das Mortes	*Necrotopônimo
8	Districto de Goyaz	Corotopônimo/ Etnotopônimo
9	Rio das Mortes	*Necrotopônimo
10	Lagoinha	Hidrotopônimo/Dimensiotopônimo
11	Rio Grande	Dimensiotopônimo
12	Rio Taquaral	Fitotopônimo/Etnotopônimo
13	Rio Pitombas	Fitotopônimo
14	Rio Bonito	Animotopônimo ou Nootopônimo
15	Rio Cayapó	Etnotopônimo
16	Rio Grande	Dimensiotopônimo
17	Rio Claro	Cromotopônimo
18	Rio Pilões/Pontal	Ergotopônimo/Geomorfotopônimo
19	Rio do Peixe	Zootopônimo
20	Rio Tizora	Ergotopônimo
21	Rio Crixã	Etnotopônimo
23	Rio Tucantins	Zootopônimo/ Etnotopônimo
24	Pontal	Geomorfotopônimo
25	Crixã pequeno	Etnotopônimo
26	Rio Santo Antonio	Hagiotopônimo
27	Rio Santa Thereza	Hagiotopônimo
29	Rio Maranhão/ Rio Tucantins	Hidrotopônimo/Etnotopônimo Zootopônimo/ Etnotopônimo
30	Corriolla	Fitotopônimo
31	Martinhos ou Amaro Leite	Antropotopônimo/Antropotopônimo
32	Rio das Almas	Animotopônimo ou Nootopônimo
33	Rio Urubu	Zootopônimo/ Etnotopônimo
34	Natividade	Hierotopônimo
35	Rio de Manoel Alves ou Alvares	Antropotopônimo

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012

ISSN: 2176-5782

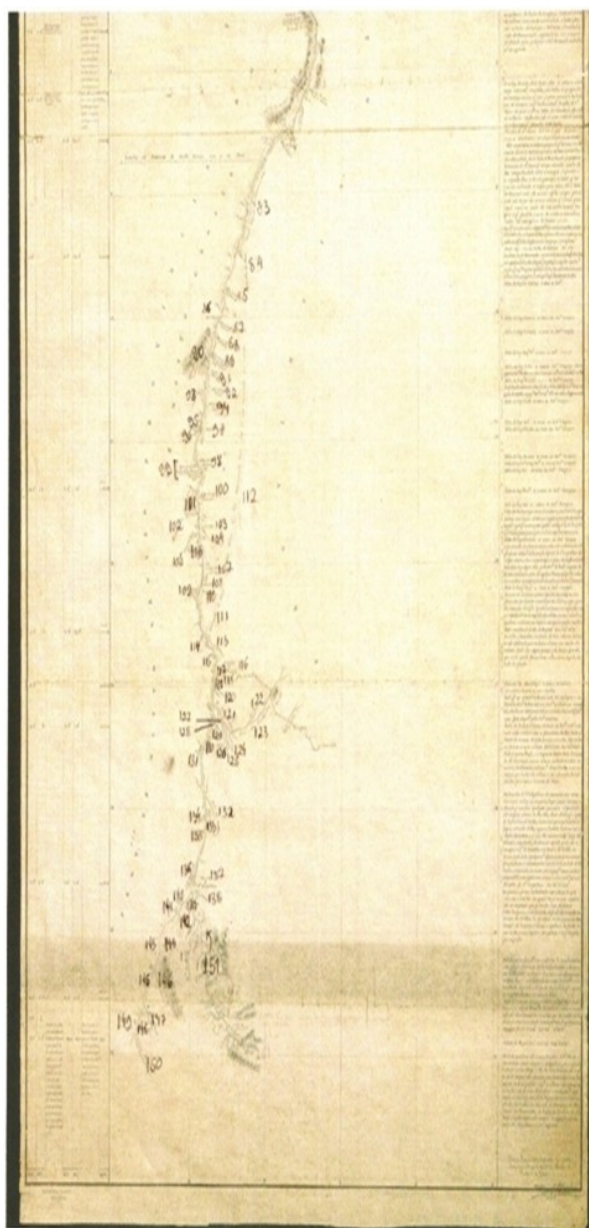
36	Ribeirão de Santa Anna	Hagiotopônimo
37	Rio Paranatinga/ Rio Paraná	Hidrotopônimo/ Etnotopônimo Hidrotopônimo/ Etnotopônimo
38	Chapada de São Felix	Hagiotopônimo
39	Carlos Marinho	Antropotopônimo
40	Rio Preto/ Rio Claro	Cromotopônimo/Cromotopônimo
41	Rio Tucantins	Zootopônimo/ Etnotopônimo
42	Rio Bagagem	Ergotopônimo
43	Rio Trayras	Zootopônimo/Etnotopônimo
44	Rio Maranhão	Hidrotopônimo/ Etnotopônimo
45	Rio dos Patos	Zootopônimo
46	Rio do Peixe	Zootopônimo
47	Rio das Almas	Animotopônimo ou Nootopônimo
48	Jaraguá	Hierotopônimo/Etnotopônimo

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

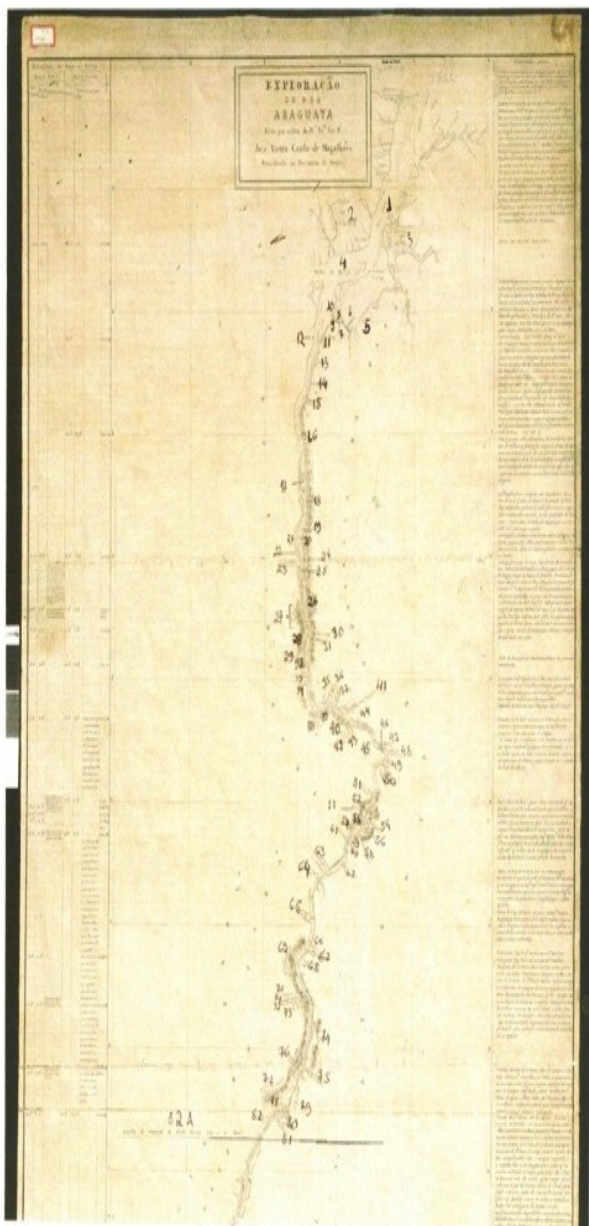
Figura 2- Exploração do Rio Araguaia de
1864 (folhas A e B)



TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782



Localização: 4Y Map 324
Fundo/Col. Ministério da Viação e Obras Públicas
Fundo/coleção: Ministério da Viação e Obras Públicas / Mapa: 4Y/MAP.324 / A
Publicação: Séc. XIX (folha A e B)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Quadro 4- Leitura paleográfica e taxionomia dos topônimos registrados no mapa da Figura 2.

	TOPÔNIMO	TAXIONOMIA
	Folha A	
1	Rio Pará	Hidrotopônimo/Etnotopônimo
2	Olha de Marajó	Hidrotopônimo/Etnotopônimo
3	Pará ou Belém	Hidrotopônimo/Etnotopônimo Hierotopônimo
4	Bahia do Marajó	Hidrotopônimo/Etnotopônimo
5	Rio Mojú	Cromotopônimo/Etnotopônimo
6	Santa Anna	Hagiotopônimo
7	Mercês	Antropotopônimo/Hagiotopônimo
8	Capella	Hierotopônimo
9	Engenho do [Meio?]	Ergotopônimo
10	Fazenda do Pindobal	Fitotopônimo
11	Mucajuba / Fazenda do Machado	Fitotopônimo/Etnotopônimo Antropotopônimo
12	Bella flor	Fitotopônimo
13	Ilha Jatahy	Fitotopônimo/Etnotopônimo
14	Patos	Zootopônimo
15	Juquirapuá	Ergotopônimo/Etnotopônimo
16	Habitação	Ecotopônimo
17	Habitação	Ecotopônimo
18	Correnteza Tucumanduba	Fitotopônimo/Etnotopônimo
19	Canal do Inferno	Animotopônimo ou Nootopônimo
20	José Correia / Bracury/ Páu do Gavião/ Jaco	Antropotopônimo Fitotopônimo/Etnotopônimo Zootopônimo Zootopônimo /Etnotopônimo
21	Canal do Saranzal	Fitotopônimo/Etnotopônimo
22	Ribeirão	Hidrotopônimo
23	Correnteza do Urubú	Zootopônimo/Etnotopônimo

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

24	Ilha da Bagagem	Ergotopônimo
25	Praia da Rainha	Axiotopônimo
26	Igarapé Vermelho	Cromotopônimo
27	Travessão de Mai Maria	Antropotopônimo
28	Sítio de Bacabal	Fitotopônimo/Etnotopônimo
29	Rio Tacaiunas	Etnotopônimo
30	Travessão do Bacabal	Fitotopônimo/Etnotopônimo
31	Prezidio de São João	Hagiotopônimo
32	Confluencia do Tocantins	Zootopônimo/Etnotopônimo
33	Povoação do Bracury	Fitotopônimo/Etnotopônimo
34	Ilha dos [ilegível]	Hidrotopônimo
35	Travessão de São Bento	Hagiotopônimo
36	Ilha Apinage	Etnotopônimo
37	Ribeirão	Hidrotopônimo
38	Porto de Manoel Germano	Antropotopônimo
39	Tapera do Izidoro	Antropotopônimo
40	Ribeirão das Araras/ Aldea dos Apinagés	Zootopônimo/Etnotopônimo Etnotopônimo
41	Travessão Jacaré	Zootopônimo/Etnotopônimo
42	Cachoeira Grande	Dimensiotopônimo
43	Martirios	Animotopônimo ou Nootopônimo
44	Correntyeza Comprida	Dimensiotopônimo
45	Estreito	Hidrotopônimo
Continuidade do Quadro 4		
46	Itaipava dos Carajás	Etnotopônimo
47	Correnteza de São Miguel	Hagiotopônimo
48	Ribeirão	Hidrotopônimo
49	Ribeirão	Hidrotopônimo
50	Ribeirão	Hidrotopônimo
51	Itaipava Grande dos Carajás/ Ribeirão	Etnotopônimo/Hidrotopônimo
52	Aldêa do Capitão Doriodó	Axiotopônimo
53	Aldêa do Capitão Aderrcke	Axiotopônimo
54	Travessão do Pilão	Ergotopônimo
55	Travessão do Páo d'Arco Travessão Pequeno	Ergotopônimo Dimensiotopônimo
56	Rio Salomé	Antropotopônimo
57	Antigo Prezidio de S. Maria	Hagiotopônimo
58	Travessão das 3 Pontas	Numerotopônimo
	Folha B	

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012

ISSN: 2176-5782

1	Travessão de Santa Anninha	Hagiotopônimo
2	Rio das Piranhas	Zootopônimo
3	Prezidio de Santa Maria	Hagiotopônimo
4	Ribeirão de Santa Anna	Hagiotopônimo
5	Pequeno Travessão de Santa Anna	Hagiotopônimo
6	Aldêa do Cadete Ouahira	Axiotopônimo
7	Aldêa Velha	Cronotopônimo
8	Aldêa do Capitão Ararica	Axiotopônimo
9	Aldêa do Capitão Catimary	Axiotopônimo
10	Aldêa do Capitão Joaquim Manoel	Axiotopônimo
11	Rio Tapirapés	Hodotopônimo/Etnotopônimo
12	L. Grande Aldêa do Capitão Pedro	Dimensiotopônimo Axiotopônimo
13	Aldêa do Sargento Cacuche	Axiotopônimo
14	Rio Zacarias	Antropotopônimo
15	Aldêa do Capitão Coati	Axiotopônimo
16	Aldêa do Capitão Antonio	Axiotopônimo
17	Aldêa do Capitão Feliciano	Axiotopônimo
18	Itaipava	Litotopônimo/Etnotopônimo
19	Aldêa do Capitão Mariano	Axiotopônimo
20	Aldêa do Cadete irmão do Capitão Mariano Cemitério dos Carajás e antigo Prezidio de Santa Izabel Aldêa do Capitão Jozé	Axiotopônimo Etnotopônimo/Hagiotopônimo/ Axiotopônimo
21	Aldêa do Capitão Alexandre	Axiotopônimo
22	Aldêa do Capitão João	Axiotopônimo
23	Rio das Mortes	*Necrotopônimo
24	Antiga Aldêa	Cronotopônimo
25	Ribeirão do Chavante	Etnotopônimo
26	Rio Crystallino	Cromotopônimo
27	Aldêa do Capitão João Leite	Axiotopônimo
28	Antigo Prezidio de Santa Izabel	Hagiotopônimo
29	Lago Grande	Dimensiotopônimo
	Continuidade do Quadro 4	
30	Aldêa do Sargento Joaquim	Axiotopônimo
31	L. do Capim	Fitotopônimo
32	Barreira do Zeferino	Antropotopônimo
33	Ribeirão de São Domingos L. Luis Alves	Hagiotopônimo Antropotopônimo

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

34	Crixá-mirim	Etnotopônimo
35	Ribeirão das Antas	Zootopônimo
36	Porto da Piedade	Animotopônimo ou Nootopônimo
37	São José	Hagiotopônimo
38	L. do Cocal	Fitotopônimo
39	Rio do Peixe	Zootopônimo
40	As Pedras	Litotopônimo
41	Prezidio de Santa Leopoldina	Hagiotopônimo
42	L. da Tartaruga	Zootopônimo
43	L. Jacaré	Zootopônimo/Etnotopônimo
44	L. dos Botes	Ergotopônimo
45	Rio da Caxoeira	Hidrotopônimo
46	Rio Grande	Dimensiotopônimo
47	Paria do Jiquiry	Ergotopônimo/Etnotopônimo
48	Correnteza Grande	Dimensiotopônimo
49	Rio Claro	Cromotopônimo
50	Rio das Almas	Animotopônimo ou Nootopônimo
51	Correnteza Pequena	Dimensiotopônimo
52	Rio Vermelho	Cromotopônimo

4 Considerações finais

O rio Araguaia é um rio brasileiro que nasce no estado de Goiás, na Serra do Caiapó, próximo ao Parque nacional das Emas. Esse rio faz a divisa natural entre os Estados de Mato Grosso e Goiás, Mato Grosso e Tocantins, Maranhão e Pará (em um pequeno ponto considerado inexpressível) e Pará e Tocantins. Possui uma extensão de mais de 2.000 km e é considerado um dos mais piscosos do mundo.

Nas margens do rio Araguaia os dirigentes portugueses desenvolveram uma política específica de povoamento - a implantação de presídios militares. Esse processo não foi um fato isolado ou experimental. Fazia parte de uma estratégia de proteção mais abrangente, que vinha acontecendo ao longo de dois séculos e meio, que tanto os portugueses quanto os espanhóis desenvolveram para a sua política de colonização.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

Essa política de povoamento também foi aplicada no Brasil. Os presídios militares foram implantados nas margens dos principais rios, inclusive às margens do rio Araguaia, na Província de Goiás. Ao longo desse rio foram implantadas 21 fortificações militares. Essa política visava fortificar as margens ribeirinhas para a defesa da navegação e incentivo da produtividade de seus subordinados. Os principais presídios do rio Araguaia foram o de Santa Leopoldina, Santa Maria e São João do Araguaia, que serviram de defesa, portos e entrepostos comerciais da navegação a vapor no século XIX.

Os governantes tinham plena convicção de que a navegação do rio Araguaia só poderia ser realizada se as margens desse rio estivessem efetivamente povoadas; dessa forma, a luta para o fortalecimento dos presídios era constante. Durante o século XIX, o governo imperial passa a se mostrar interessado no melhoramento das vias navegáveis do Brasil Império, com a pretensão de estabelecer comunicação comercial do centro do Brasil com o litoral, por acreditar que a navegação poderia contribuir para o desenvolvimento econômico da província e para livrá-la da estagnação econômica na qual estava imersa.

Apesar das incessantes tentativas de consolidação da navegação a vapor no rio Araguaia, esta entra em decadência, pelos inúmeros motivos já aludidos, em meados do século XIX. Entretanto, durante o período em que vigorou, proporcionou a integração comercial entre a província de Goiás e as de Mato Grosso e Pará.

Durante o levantamento de dados e análise dos nomes de lugares em mapas dos séculos XVIII e XIX, que contemplam, hoje, o rio Araguaia, mais especificadamente, a parte localizada no estado do Tocantins, identificamos que, de um modo geral, muitas povoações, posteriores sedes de vilas e municípios tocantinenses nasceram como meros pontos de passagem, de pouso ou de abastecimento de utilidades e de provisões.

O projeto pretende dar continuidade à análise de dados e aprofundar as leituras paleográficas (estudo toponímico) com o objetivo de estudar a relação dos aspectos etnoculturais e toponímicos no processo de povoamento do rio Araguaia. Em seguida, pretende-se realizar um estudo na mesma perspectiva com o Tocantins, entre os séculos XVI e

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 04 – junho de 2012
ISSN: 2176-5782

XIX. A proposta é reconstruir a memória e o perfil etnolinguístico do caminho das águas, o rio Araguaia, em um primeiro momento, e o rio Tocantins, num momento posterior.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. Acervo Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: janeiro de 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL. *Acervo de cartografia*: mapas. [S.d.] Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>. Acesso em: dezembro de 2009.

CARVALHO, F. L. *Nas águas do Araguaia: a navegação e a hibridez cultural*. Goiânia: Kelps, 2009.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

_____. Caminho das Águas, Povos dos Rios: uma Visão Etnolinguística da Toponímia Brasileira. *Cadernos do Cnlf*. Rio de Janeiro, v. V, p. 25-32, 2002.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Arquivo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* RIHGB.[S.d.] Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>. Acesso em: dezembro de 2009.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5.ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Nacional, 1987.

ZAMARIANO, Marcia; ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *Percebendo o litoral paranaense*. Disponível no site <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/CiI20b.htm>. Acesso em: 9 de abril de 2012.